

A intelectualidade urbana e a “questão servil”:

a proposta liberal para o fim do escravismo no
Jornal dos Economistas (Brasil, década de 1880)

Daniel de Pinho Barreiros

Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ
daniel.barreiros@ie.ufrj.br

Resumo

O *Jornal dos Economistas* foi um importante periódico no Rio de Janeiro do fim do século XIX, veiculador de idéias relacionadas à modernização e aos assuntos econômicos. Traçando suas referências teóricas a partir dos clássicos do pensamento econômico ocidental, um dos principais temas tratados no *Jornal* foi a reestruturação das relações de trabalho urbanas e rurais, defendendo a opinião de que o trabalho assalariado na agricultura era uma alternativa viável. Desta forma, assumindo que as relações capitalistas de trabalho eram uma solução necessária à crise do trabalho escravo, o *Jornal dos Economistas* manifestou-se contra as soluções mais comuns propostas pelas elites latifundiárias para a solução da “questão servil”.

Palavras-chave: intelectuais, pensamento econômico, escravidão, agricultura, assalariamento.

Abstract

The *Jornal dos Economistas* was an important media vehicle in late nineteenth-century Rio de Janeiro concerned with modernization and economic affairs. Its theoretical references were inspired by the classics of western economic thought. One of the main themes favored by the *Jornal* was the restructuring of urban and rural labor relations. In particular, the *Jornal* held the opinion that wage work in agriculture was a viable alternative to slavery. Therefore, assuming that capitalist labor relations were a necessary solution to the crisis of Negro slavery, the *Jornal dos Economistas* went against the mainstream solutions brought forth by the large estate owners.

Key words: intellectuals, economic thought, slavery, agriculture, waged labor.

O *Jornal dos Economistas* e seu projeto liberal

O *Jornal dos Economistas* foi publicado pela Tipografia Camões, na época sita à Rua Sete de Setembro, nº 143, capital do Império, entre os anos de 1882 e 1883. Sua publicação foi suspensa até o ano de 1887, momento em que voltou a ser publicado sob o mesmo título, vindo a desaparecer no ano de 1889. De publicação quinzenal e distribuição que incluía assinaturas, pelo valor de 10\$000 em 1882, reunia entre seus colaboradores personagens típicos entre os grupos de profissionais liberais urbanos do fim do Império, início da República. No papel de diretor, proprietário e redator principal estava o advogado Silva Figueiró, residente em um sobrado na Rua Evaristo da Veiga, nº 46, endereço que também utilizava para receber a correspondência encaminhada para o jornal¹. O escritório onde funcionou oficialmente a folha transitou, durante as duas fases em que foi publicada, entre diversos endereços no centro comercial do Rio de Janeiro: Rua do Rosário nº 64 (em 5/02/1882), Rua da Assembléia, nº 33, segundo andar (de 25/02/1882 a 28/02/1883), Rua Gonçalves Dias, nº 21 (em 15/01/1887), Rua da Alfândega, nº 232, sobrado (em 15/09/1887), Rua do Ouvidor, nº 28, sobrado (em 15/11/1887), Rua Gonçalves Dias, e nº 28 (em 15/03/1888) e por fim, na Rua da Misericórdia, nº 19 (em 28/02/1889).

Os demais colaboradores diretos da Redação também estavam relacionados ao universo dos profissionais liberais urbanos. José Penido era advogado, e junto de Jerônimo Penido² possuía escritório de advocacia na Rua do Rosário, nº 64, mesmo endereço em que funcionou o escritório do *Jornal dos Economistas* segundo a edição de 5 de fevereiro de 1882. Agostinho Penido também figurava na primeira edição ao lado de José Penido, referenciados como “ilustrados economistas e escritores”³. Estes mesmos títulos recebe o Dr. Manoel Rodrigues Peixoto, “estudioso dos assuntos econômicos”, eleito deputado para a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro pelo sexto distrito. Por fim, o Dr. Joaquim José de Sequeira, “ilustre advogado e capitalista”⁴, perfila ao lado de Silva Figueiró como redator a partir da edição do dia 15 de janeiro de 1887, tendo deixado o cargo na edição de 15 de março do mesmo ano (por “pouca participação”, como indica Figueiró), retomando sua posição no número de 28 de fevereiro de 1889⁵.

Encontramos outros indícios dos grupos sociais que davam apoio à matriz ideológica do *Jornal dos Economistas* através de seus anunciantes, principal suporte financeiro do empreendimento. Como critério, foram selecionados os anúncios de mais amplo destaque nas edições – presumindo-se pertencerem estes aos anunciantes cuja contribuição financeira fora de maior monta – e o período no qual permanecera o anúncio em publicação⁶, como segue abaixo.

¹ *Jornal dos Economistas*, 5 de fevereiro de 1882, p. 1.

² Apesar daquilo que pode vir a ser inferido a partir de seus sobrenomes, não foi possível, pelas fontes trabalhadas, rastrear o grau de parentesco entre José, Agostinho e Jerônimo Penido.

³ *Jornal dos Economistas*, 5 de fevereiro de 1882, p. 2.

⁴ *Jornal dos Economistas*, 28 de fevereiro de 1889, p. 1.

⁵ Michael M. HALL, ao estudar o papel reformista dos setores médios na década de 1880, através da atuação da Sociedade Central de Imigração, afirmou que as mudanças econômicas em curso da segunda metade do século XIX, com a expansão da atividade agroexportadora, foram importantes no fortalecimento de camadas sociais intermediárias, tipicamente urbanas, compostas “nem de trabalhadores manuais, nem de membros da elite latifundiária”, atuantes no setor de serviços, comércio e na burocracia estatal, HALL, Michael M. “Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”. IN: *Revista de História*, XXVII, no 105, São Paulo, 1976, p. 147.

⁶ Muitos continuaram a publicar seus anúncios em menor destaque para além do período por nós assinalado. Como dito, tivemos a intenção de captar somente os mais importantes contribuintes.

Tabela 1. Relação dos Anunciantes no *Jornal dos Economistas*

Anunciante / Depositário	Produto / serviço	Endereço	Período de publicação
-	Vinho de Cevada	Rua do Areal, n ^{os} 6 e 27	05/02/1882
Dr. Eugênio Marques de Holanda	Imperial Laboratório Farmacêutico de Produtos Medicinais da Flora Brasileira	Rua Visconde do Rio Branco, n ^o 14; Rua Teófilo Otoni, n ^o 87	05/02/1882
F. Grauert & C.	Máquinas para beneficiar café Santa Cruz e outras	Rua Visconde de Inhaúma, n ^o 64	05/02/1882 - 28/02/1883
Antonio Pinto Moreira	Formicida Sulfureto Composto	Rua dos Pescadores, n ^o 47	05/02/1882 - 10/03/1882
Alfredo Montanha	Formicida Montanha nacional	Travessa de Santa Rita, n ^o 18	25/02/1882
Drs. Jerônimo Penido e José Penido	Escritório de Advocacia	Rua do Rosário, n ^o 64	25/02/1882
Dr. Barros Falcão	Clínica Médica Cirúrgica	Rua do Conde d'Eu, n ^o 120; Rua Direita, n ^o 25	25/02/1882 - 14/07/1882
Prof. Affonso de Lima	Colégio Universitário Fluminense	Rua Barão de Itapagipe	25/02/1882 - 25/03/1882
-	Fogões Econômicos	Rua São Pedro, n ^o 114; Rua da Quitanda, n ^o 109	25/02/1882 - 06/05/1882
Ao Papagaio Mineiro	Café Moído, sem mistura	Trav. do Rosário, n ^o 5A	10/03/1882 - 14/07/1882
Dr. José de Góes / Libêncio L. Baptista	Medicamentos dosimétricos do Dr. Burggraeve	Rua São José, n ^o 61	10/04/1882 - 28/02/1883
Dr. Pierre Labourdenne St. Juliaá	Tratamento para quebraduras	Rua da Assembléia, n ^o 33, primeiro andar	10/04/1882 - 28/02/1883
João Honorato Damião	Depósito de Massas e Vinhos Italianos	Rua da Assembléia, n ^o 4	26/05/1882 - 14/07/1882
G. Joppert & C.	Rob Anti-Reumático preparado por José J. de Mendonça Cardoso	Rua General Câmara, n ^o 63	21/01/1883
Antonio Jannuzzi & Irmão	Escritório de Arquitetura	Rua do Resende, n ^o 169	15/01/1887 - 28/02/1889
A. Bhering	Fábrica de Chocolate a Vapor	Rua Sete de Setembro, n ^o 63	15/01/1887 - 21/03/1888
Bernardino Lourenço Pereira Prista	Azeite Prista de Thomar	Rua do Carmo, n ^o 6	30/03/1887 - 30/12/1887
Dr. A. Souto Maior	Escritório Forense	Rua da Constituição, n ^o 6	15/07/1887
New York Life Insurance Company	43 ^o relatório anual	Rua do Hospício, n ^o 31	15/07/1888
Jayme Paradedá	Sabonete Russo	-	15/08/1887 - 15/07/1888
Fábrica S.T. Longstreth	Carimbos e Tipos de Borracha	Travessa do Ouvidor, n ^o 18	30/10/1887 - 30/12/1887
A. G. Schmitt & C.	Óleo de Máquina Mineira	Praia Formosa, n ^o 275	30/10/1888

A relação nos mostra que dentre os anunciantes, a maioria é composta por profissionais liberais e seus associados, casas comerciais importadoras e empórios de outras categorias. Podemos igualmente perceber a presença de empreendimentos artesanais e fabris. Dentre os comerciais, percebemos a venda de vinho de cevada na Rua do Areal, em casa não declarada e a casa Ao Papagaio Mineiro, onde comercializa-se café moído. A participação do setor de importação aparece através do anúncio do depósito de massas e vinhos italianos do importador atacadista e varejista João Honorato Damião, bem como do empreendimento de Bernardino Lourenço Pereira Prista. O setor artesanal e industrial é representado pelo fabricante de sabonetes

medicinais Jayme Parade-da, pela fábrica St. Longstreth, produtora de tipos de borracha e carimbos, com especialidade em tipos sólidos “para marcar sacos de café”⁷, pela Fábrica de Óleo Privilegiada de A. G. Schmitt & C. e pelo fabricante nacional dos “Fogões Econômicos”,

ditos no anúncio de melhor qualidade que os estrangeiros e de melhor preço, “como pode provar-se pela venda de mais de 8000 que se

acham funcionando nesta corte e províncias”⁸. Também é representado o setor pela fábrica de chocolate à vapor da Casa A. Bhering, “fornecedor de SS. MM. Imperiais, primeiros prêmios nas exposições da Indústria Nacional de 1881, Continental de Buenos Aires de 1882 e Científica de 1884”⁹. Nos momentos finais da existência do jornal, o setor financeiro norte-americano fez sua participação no jornal por meio da companhia de seguros de vida *New York Life Insurance Company*, com a sede de seu Departamento Hispano-americano nos números 346 e 348 da Broadway, e do sub-departamento no Brasil na Rua do Hospício.

O setor de comércio de máquinas para agricultura fez-se presente entre os financiadores do jornal através da Casa F. Grauert & C. importadora das Máquinas Santa Cruz, beneficiadoras de café, e das máquinas à vapor *Agricultora*, além de peças de reposição como correias, polias e volantes¹⁰. Outro setor que se evidencia é o da produção brasileira de insumos para a agricultura, através dos fabricantes e comerciantes de formicidas Alfredo Montanha e Antonio Pinto Moreira. Foi noticiado no dia 25 de fevereiro de 1882 que este último, “conhecido negociante desta praça”, requereu ao governo imperial privilégios para uma nova indústria de beneficiamento de café para a exportação, fato este considerado por Silva Figueiró como de extrema relevância,

⁷ *Jornal dos Economistas*, 30 de outubro de 1887, p. 7.

⁸ *Jornal dos Economistas*, 25 de fevereiro de 1882, p. 6.

⁹ *Jornal dos Economistas*, 15 de janeiro de 1887, p. 7.

¹⁰ Assim referiu-se Silva Figueiró em relação ao seu anunciante e às máquinas beneficiadoras Santa Cruz: “Tivemos a ocasião de ver trabalhar a máquina Santa Cruz, pertencente aos Srs. F. Grauert & C.; e nos satisfez tanto o trabalho dessa máquina, que não podemos deixar de agora nos ocupar de tão vantajoso melhoramento para a lavoura do café (...) A máquina Santa Cruz dos Srs. F. Grauert & C., veio satisfazer a uma das maiores necessidades da lavoura no preparo do café, que é o nosso mais abundante e rico produto agrícola. Esta máquina ocupa pouco espaço, havendo além desta vantagem econômica a economia de força. O café é preparado com a maior perfeição que se pode obter; não há fratura ou quebra, nem aquecimento ou escurecimento do grão; fica completamente limpo de qualquer corpo estranho; sai perfeitamente descascado, ventilado e separado, e sabemos que alguns fazendeiros a tem empregado com lucrativos e admiráveis resultados. A máquina Santa Cruz é movida pela máquina a vapor *Agricultora*, podendo ser também por qualquer outro motor; a sua utilidade, o bom êxito de sua aplicação e as suas vantagens econômicas são verdadeiramente as melhores que conhecemos; não duvidaríamos afirmar, e o fazemos sem medo de errar, que esta máquina é de um grande e lucrativo resultado, e é nesta certeza, que aconselhamos aos nossos lavradores o emprego deste poderoso agente mecânico.” *Máquinas de Lavoura*. *Jornal dos Economistas*, 5 de fevereiro de 1882, pp. 4-5.

dado que o produto, tão abundante no país, encontraria maior saída, conquistando mais mercados, e melhores preços se fosse exportado já processado por empresas nacionais¹¹. Outro fato de interesse acerca de Antonio Pinto Moreira está em comentário veiculado pelo negociante e industrial na edição do dia 15/05/1888, em homenagem à Abolição da escravidão. Congratulando o ministro João Alfredo de Oliveira pela sua atuação, afirma ser o mesmo “enviado do Grande Arquiteto de todos os mundos”. “Grande Arquiteto” é uma terminologia utilizada pela franco-maçonaria para designar o deus criador; faltam provas concretas, o que só uma pesquisa maior poderia confirmar, mas temos alguns indícios de que Moreira, empresário notado e apoiador do *Jornal dos Economistas* fosse de fato um maçom.

No caso dos profissionais liberais associados com o capital comercial, temos o Dr. José de Góes, em sua farmácia e o depositário Libêncio Baptista, anunciando medicamentos dosimétricos para uso humano e veterinário (perceba-se a inserção na economia rural do conhecimento e da atividade econômica deste profissional). É o mesmo caso de José Joaquim de Mendonça Cardoso, produtor do *Rob Anti-Reumático*, aprovado pela Junta Central de Higiene Pública da Corte, e comercializado pela Casa G. Joppert & C.

Já Antonio Jannuzzi & Irmãos, proprietários de escritório de arquitetura, Dr. A. Souto Maior com escritório forense, Dr. Barros Falcão com sua clínica médica, os colaboradores Dr. Jerônimo Penido e Dr. José Penido com seu escritório de advocacia, e o Colégio Universitário, dirigido pelo Prof. Affonso de Lima, anunciam empreendimentos urbanos típicos na área de prestação de

serviços especializados. Acerca da “instrução pública”, Silva Figueiró defende uma ampla proteção governamental, “em quem deve aplicar suas economias e tudo o que o Estado mais puder dispensar”, citando, além do Dr. Domingos Maria Gonçalves, redator do jornal *O Agricultor Progressista* e empenhado na educação, o Colégio Universitário como aquele cujo método de ensino deve ser tomado como modelo¹². É interessante como Figueiró, defensor ferrenho da não-intervenção do Estado na sociedade civil¹³ argumenta a favor da proteção do poder público a um setor – e em especial, a um estabelecimento tomado como “modelo” –, que coincide com um importante anunciante de seu jornal.

O médico Pierre Labourdenne St. Julia, especialista herniário (privilegiado, como propagandeia, por Sua Majestade Imperial e premiado em uma Exposição de Indústria Nacional), participou do *Jornal dos Economistas* com um importante artigo sobre os perigos da monocultura do café chamado “O Futuro da Lavoura”; além disso, seu consultório ficava na Rua da Assembléia nº 33, primeiro andar, endereço este onde, no segundo andar, funcionou a sede do jornal durante a última etapa de sua primeira fase (anos 1882-1883), sendo coincidente com as datas de publicação dos anúncios e do seu artigo supracitado. Mais uma vez nos faltam dados que comprovem tal hipótese, mas ainda assim podemos supor que o Dr. Pierre St. Julia e o advogado Silva Figueiró – e quem sabe, os demais colaboradores – tivessem relações de amizade, o que, além da identidade sócio-profissional, contribuiria na

Temos indícios de que Moreira, empresário notado e apoiador do Jornal dos Economistas, fosse de fato um maçom

¹¹ *Jornal dos Economistas*, 25 de fevereiro de 1882, p. 7.

¹² *Jornal dos Economistas*, 5 de fevereiro de 1882, p. 6.

¹³ Ver BARREIROS, Daniel. “Os Intelectuais contra o Estado: A defesa da livre iniciativa no *Jornal dos Economistas* em fins do oitocentos”. *Tempo: revista do departamento de História da UFF*, Vol. 13, 2008, pp. 165-192.

formação de uma visão de mundo comum. A exposição do pensamento do Dr. St. Julia acerca de questões vigentes, em diálogo com outras opiniões veiculadas no periódico demonstra a participação destes profissionais liberais urbanos em uma verdadeira rede de intelectuais¹⁴, refletindo e propondo soluções para as principais questões de seu tempo. Esta rede pôde abarcar grupos com visões de mundo diferenciadas, o que se expressa no contato entre o grupo reunidos em torno do *Jornal dos Economistas* (e de orientação político-ideológica liberal) e os engenheiros reunidos em torno da *Revista de Engenharia*. Tal contato pode ser evidenciado através das notas dando publicidade à troca de exemplares entre Silva Figueiró e o Dr. José Américo dos Santos, diretor da revista, em 1882¹⁵.

O Dr. José Américo dos Santos era, além de diretor da *Revista de Engenharia*, membro da Sociedade Central de Imigração, associação que congregava intelectuais com visões em muitos pontos convergentes com o *Jornal dos Economistas*. A composição social e a tra-

jetória de seus membros eram, inclusive, semelhantes. Fora a *Sociedade* fundada por três importantes imigrantes alemães – Karl von Koseritz, jornalista e deputado provincial no Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, fundador da colônia homônima em Santa Catarina e Hugo Gruber, diretor da *Allgemeine Deutsche Zeitung*, gazeta publicada no Rio de Janeiro. Teve membros ilustres e de destaca-

participação nos debates daquele momento, como Alfredo d'Escagnolle Taunay, Henrique Beaurepaire Rohan, André Rebouças e o próprio José Américo dos Santos. Todos tiveram uma educação técnica e científica no ensino de formação de oficiais do Exército, "caminho mais direto ao poder e prestígio no Brasil para aqueles que não pertenciam à elite latifundiária" (HALL, 1976, p. 150) e participação política (Rohan fora Presidente de Província e ministro da Guerra, e Taunay fora deputado provincial, por exemplo). A *Sociedade* trazia também em seus quadros comerciantes europeus radicados no Rio de Janeiro – como Wenceslau Guimarães, português, e Charles Raynsford, inglês.

A *Sociedade Central* foi, portanto, em geral, dirigida por indivíduos da nova classe média-alta urbana, sobretudo intelectuais, profissionais independentes com treinamento científico e técnico, altos funcionários públicos e negociantes envolvidos no comércio externo (HALL, 1976, p. 153).

As diferenças existentes nas idéias defendidas por estes dois grupos – o do *Jornal* e o da *Sociedade* – estariam nas alianças por eles estabelecidas, e na formação jurídica dos bacharéis do *Jornal*¹⁶, em contraste com a formação técnico-científica dos membros da *Sociedade Central*.

Os intelectuais reunidos em torno do *Jornal dos Economistas*, tinham como característica trajetórias pessoais marcadas predominantemente pela dedicação às profissões liberais no âmbito da sociedade civil. Tal fato certamente influenciou para que fossem capazes de demonstrar uma maior liberdade de pensamento e de expressão, bem como

¹⁴ Entendemos o conceito de intelectual assim como expôs Gramsci: "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, um ou mais camadas de intelectuais que lhe são homogêneas e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político". No capítulo 13 definiremos com maior clareza como os intelectuais das camadas médias do *Jornal dos Economistas* inserem-se nesta definição. GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 3.

¹⁵ *Jornal dos Economistas*, 10 de abril de 1882.

¹⁶ Guardadas as exceções referentes aos não-bacharéis atuantes no *Jornal*.

a presença de idéias ora conflitivas, ora convergentes, com os interesses dos setores dominantes. Vale ressaltar, no entanto, que o conflito raras vezes transcendeu o limite da ordem, não questionando aspectos essenciais da dominação de classe, tal como o direito de propriedade.

A predominância de advogados entre os redatores do *Jornal dos Economistas* nos permite compreendê-lo como uma continuidade da vivência agremiativa e do periodismo praticados pelos bacharéis nas escolas de Direito do Império. O debate e a divulgação de idéias por meio da imprensa teve papel fundamental na formação profissional bacharelesca. A discussão de assuntos nacionais e internacionais nas agremiações, num âmbito portanto extra-acadêmico, propiciaram a formação de importantes redes de intelectuais ligados ao Direito e o surgimento de projetos políticos os mais diversos (ADORNO, 1988, p. 157-158).

As temáticas mais relevantes envolvendo a conjuntura econômica brasileira dos anos 1880 foram discutidas pelos intelectuais no *Jornal dos Economistas*, incluindo a questão servil, a reforma bancária, questões monetárias e os rumos da economia agrária. Neste artigo tomamos como objeto de estudo a posição do *Jornal* a respeito da transição do trabalho escravo, e para a edificação de renovadas relações de produção na agricultura nacional.

Missão patriótica: idéias e intelectuais para o desenvolvimento da Nação

Na edição de 5 de fevereiro de 1882, primeiro número do *Jornal dos Economistas*, foi publicado sob o título de "O Nosso

Programa"¹⁷, de autoria de Silva Figueiró¹⁸, um manifesto de abertura dos trabalhos do periódico, esclarecendo sobre suas tendências ideológicas e matrizes teóricas de análise da realidade econômica nacional. Mais ainda, buscou esclarecer no que consistia o esforço dos intelectuais reunidos em torno da publicação.

Conclamando todos os cidadãos do país para uma maior dedicação aos assuntos econômicos, "que em nosso país têm merecido tão pouco caso, mesmo da parte daqueles que têm a seu cargo a responsabilidade imediata do governo", a função da "folha científica" seria justamente a de "cumprir uma missão toda patriótica", já que "A ciência econômica têm sido por demais descurada [e] bem poucos são os que conhecem o seu valor e influência nos destinos de um país que caminha". Acreditam que "o indiferentismo (...) tão manifesto em nosso país" não iria persistir diante da proposta pioneira de debates apresentada. Esperando a participação de todos, tinham "confiança ainda na dedicação dos sinceros patriotas e verdadeiros amigos do Brasil", e que o desânimo notado na sociedade não significa, naquele momento, que "o espírito público esteja tão amortecido que despreze tudo que poderá se de alguma utilidade ao nosso país".

Os "economistas" reuniam-se a fim de servirem como um catalisador, por meio de suas idéias, para o progresso:

As causas que podem assinalar a prosperidade de um povo, desenvolvendo sua atividade e acoroçoando as suas vistas patrióticas; estas têm encontrado os maiores obstáculos, e não caminham por lhes faltar o necessário impulso.

Tomamos como objeto de estudo a posição do *Jornal* a respeito da transição do trabalho escravo

¹⁷ O Nosso Programa. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 fev 1882.

¹⁸ O programa teórico-ideológico do jornal não vem assinado por qualquer autor, mas, de acordo com nota publicada na primeira página do primeiro número, no dia 5 de fevereiro de 1882, podemos afirmar que trata-se de um texto de Silva Figueiró. Em suas palavras: "Os artigos do diretor não serão assinados, os outros colaboradores assinarão os seus".

Um dos objetivos do jornal estaria, portanto, em fornecer subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento econômico da nação em seu conjunto:

A indústria nacional permanece, já de há muito, em um estado estacionário; é preciso que todas as forças se unifiquem, em um só pensamento, para auxiliar os poucos que trabalham em benefício da nossa felicidade e aumento.

Eram objetivos declarados:

Promover a iniciativa particular em bem dos diversos ramos de indústria, da imigração e colonização; estudar a organização de todas as associações econômicas, de crédito e beneficiárias; discutir e estudar todos os assuntos de economia, em suas múltiplas dependências e aplicações; a organização da propriedade e do trabalho livre, estatística e todas as demais questões econômicas, que se prendam aos interesses da política financeira e internacional; tais são os diversos pontos que constituem o nosso programa na imprensa.¹⁹

Um dos objetivos do jornal estaria, portanto, em fornecer subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento econômico da nação

Um espírito de imparcialidade científica, em conformidade com o positivismo objetivista, esta presente na fala de Figueiró, incompatibilizando a polarização política com a compreensão dos fatos “como eles são”:

A política financeira do país será discutida sob o verdadeiro ponto de vista científico; ninguém notará no *Jornal dos Economistas* o mais leve indicio de paixão partidária ou oposição sistemática; estudaremos a administração pública de acordo com o sistema econômico, que adotamos.²⁰

Sistema econômico este que Figueiró definia na doutrina reformada do *laissez faire, laissez passer*: “Somos adeptos das teorias de Frederico Bastiat, o poeta da economia, na opinião egoística da condenada escola protecionista”²¹. Com um sensível atraso se comparado ao estado das discussões na ciência econômica européia – onde os Neoclássicos representados por Menger, Jevons, Pareto, Walras e Böhm-Bawerk ganhavam relevo –, retoma a revisão da economia clássica da primeira metade do século XIX através da *Crítica Otimista* representada pelo pensamento de Frédéric Bastiat.

Uma visão liberal clássica sobre as alternativas ao escravismo

A reestruturação do trabalho agrícola e urbano, questão premente nos anos 1880 em face da decadência notória do modo de produção escravista, esteve intensamente presente nas páginas do *Jornal dos Economistas*. Em 25 de fevereiro de 1882, num longo artigo intitulado “O Elemento Servil”²², José Penido assume a defesa de uma nítida solução liberal para o problema da escravidão, afirmando serem os intelectuais reunidos no periódico

não emancipadores; porque a emancipação é o reconhecimento desse pretendido direito do senhor sobre o escravo, e sim abolicionistas; porque não compreendemos o direito sem a moral, perante a qual ninguém poderá justificar ao homem escravizar seu semelhante²³.

A imoralidade da escravidão diante do “santo princípio da igualdade e fraternidade na fonte do cristianismo” não poderia ter justificativa em um suposto interesse social da produção e

¹⁹ O Nosso Programa. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 fev 1882.

²⁰ O Nosso Programa. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 fev 1882.

²¹ O Nosso Programa. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, p. 1, 5 fev 1882.

²² O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

²³ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

no direito dos proprietários, “porque a sociedade não pode, legitimamente, calcar, extorquir os mais sagrados e imprescritíveis direitos de uns, para beneficiar a outros”, que “trazem afivelada a máscara com que acobertam o interesse próprio; e não é, sua voz senão o grito de fingido patriotismo”²⁴.

Denunciava a estratégia das classes defensoras do escravismo no sentido de obter a abolição gradual, tendo em vista preservar os capitais investidos na escravaria. Segundo os fazendeiros reunidos em torno do governo imperial, “essa transformação social, da substituição do braço escravo pelo braço livre, sem prejuízo nem abalo, só se [poderia] operar gradualmente, (...) e, para cujo desideratum, [bastaria] a lei de 28 de Setembro de 1871, secundada pela filantropia particular (...) a supressão rápida dos escravos, que são os nossos produtores, [seria] a morte da lavoura, única fonte de riqueza do país”²⁵. Os escravistas, àquela altura da situação, não justificariam a propriedade de homens por um direito legítimo, mas “o fato por necessário”. Mais ainda, combateriam “a supressão rápida e instantânea, a fim de evitar o forte abalo, a grande desordem senão, a total ruína social”. A posição de José Penido era de franca oposição:

A improcedência de tal argumento é manifesta; porque ninguém tem o direito, para seu proveito, de calcar os direitos de outrem; é falaz essa necessidade social que alegam; pois, ao contrario, quanto mais pronta for essa transformação do trabalho escravo para o trabalho livre, tanto mais rápida irá a sociedade na senda da civilização; e longe de trazer a morte, ou o entorpecimento sequer, da lavoura, desenvolver-se-á esta pujante, bem como a industria²⁶.

A crença na iniciativa individual e no espírito empreendedor do homem como motores do desenvolvimento econômico de uma nação entrava em choque, no pensamento liberal de José Penido, com a instituição do trabalho escravo.

As necessidades da vida são o móvel do homem do trabalho, como o é o interesse, com a esperança de se tornar rico, no incremento e aperfeiçoamento da produção”. “E como o escravo não trabalha para si, não pode ter esse móvel – o interesse em aumentar e aperfeiçoar. O homem livre, na demanda de seu interesse, promove também o da sociedade, empregando-se no trabalho para o qual e mais apto²⁷.”

Embora José Penido tenha demonstrado sua discordância em relação à estratégia gradualista defendida pelos fazendeiros escravocratas e seus intelectuais, Silva Figueiró, no artigo “Os Temores da Lavoura”²⁸, de 31 de março de 1888, publicado às vésperas da Abolição, ressaltou a importância da Lei do Ventre Livre como um marco na luta pela liberdade. Afirmando que “A lavoura foi indiferente aos avisos da ciência, e conservando-se surda ao ensino da experiência, procurou reagir a propaganda”,

o país não [poderia] por mais tempo contemporizar com os erros de uma classe, que durante largo período gozou cômodas concessões para prever os acontecimentos, que decorreriam de sua própria organização, e prevenir o futuro contra as eventualidades das reformas exigidas pela sociedade moderna²⁹.

Por fim,

²⁴ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

²⁵ Refere-se à Lei do Ventre Livre de 1871, marco na estratégia gradualista das classes dominantes rurais, no disciplinamento da mão-de-obra na transição para o trabalho livre. A este respeito ver GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; consultar também KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁶ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

²⁷ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

²⁸ Os Temores da Lavoura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, 31 mar 1888.

²⁹ Os Temores da Lavoura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, 31 mar 1888.

Foi sem dúvida na alta compreensão da Economia Política, aplicada às leis do trabalho, e na boa orientação do altruísmo que se inspirou o legislador de 1871 para promulgar a sábia lei de 28 de Setembro. Aquela lei, secando a fonte dos nascituros, foi ainda um aviso à lavoura. As conveniências do trabalho não foram perturbadas; a lei não foi radical: deixou subsistir o que existia, mas impediu que uma injustiça clamorosa se prolongasse a outras gerações³⁰.

Devemos levar em consideração que, a despeito das diferenças pessoais, os artigos dizem respeito a dois momentos distintos. As palavras de Silva Figueiró em relação à Lei do Ventre Livre de 1871 podem ser interpretadas como aceitação de um fato consumado, passados 17 anos de

As palavras de Silva Figueiró podem ser interpretadas como aceitação de um fato consumado

sua entrada em vigor; em nenhum momento é uma aceitação da estratégia gradualista, ainda que reconheça que com ela marcou-se uma vitória para os escravos, ao mesmo tempo preservando o poder dos senhores. Isso porque Figueiró termina

seu artigo acusando a "covardia" das elites em pôr fim imediato à escravidão:

Os temores da crise não têm razão de ser. A crise aí está desde muito tempo, permanente e estável, sem que ninguém tenha coragem de lhe dar o golpe definitivo. A crise é a escravidão, elemento perturbador e dissolvente que tem sido a causa de todos os males do país³¹.

De volta ao artigo "O Elemento Servil", tendo lançado o libelo anti-escravista, Penido defende dois importantes pontos

na reestruturação do trabalho agrícola: emprego dos libertos e de imigrantes como mão-de-obra livre (assalariada ou através de parceria), e o estabelecimento de pequenos proprietários independentes (com posse através de arrendamento ou propriedade legal da terra) como pilares da nova etapa da agricultura nacional. Considerando, com o fim da escravidão, não ser possível

que os proprietários de extensas terras, as cultivem por si; ou as deixem em abandono, ficando assim inertes os seus capitais; nem sendo possível que todos cultivem todo o seu terreno, pelo sistema de parceria, ou de salário

aposta fielmente que

a aquisição de terras em pequenas proporções será fácil, estará ao alcance de todos, a título de arrendamento ou de compra; o que será incentivo a imigração, e constituirá a lavoura intensa, de muito mais vantajosa produção (...) conservando a sua força vegetativa segundo os princípios agrônômicos³².

Penido prossegue a publicação de seu artigo na edição do dia 10 de março de 1882³³. Ao apostar no estabelecimento de uma agricultura intensiva através do trabalho de pequenos proprietários ou arrendatários, revela a consciência e a preocupação com as técnicas agrícolas primitivas de uso predatório do solo, percebidas, àquela época, como um resquício colonial. Uma das conseqüências do modelo proposto por Penido seria, portanto

O cultivo das terras, de conformidade com os princípios econômicos; porque, procurando o lavrador tirar o maior proveito possível, da aplicação de sua inteligência

³⁰ Os Temores da Lavoura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, 31 mar 1888.

³¹ Os Temores da Lavoura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 1-2, 31 mar 1888.

³² O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

³³ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 3-6, 10 mar 1882.

à uberdade do solo, sem o danificar, e sim beneficiando-o.

Com isso “desenvolver-se-á a cultura adaptada, na variedade de seus gêneros de produção, às circunstâncias climatéricas, as habilitações profissionais, e a comodidade de transporte”³⁴. Ainda, o progresso engendrado pelo trabalho livre nas grandes fazendas em coexistência com a pequena propriedade teria como resultado “A debelação do pauperismo, pela facilidade de se encontrar trabalho”. O grande empreendimento rural só teria a prosperar com a abolição imediata da escravidão, visto que sua notícia tenderia a estimular “Nem só a imigração espontânea, mas, e desde logo, enorme quantidade de braços livres; os mesmos libertos do jogo da escravidão (...). E os salários, que como todos os gêneros são sempre na razão da oferta, serão então baratos”³⁵.

Defendia ainda “A conjuração do trabalho livre contra as crises financeiras, quando nascidas estas do fato de consistir a exportação, em sua totalidade, ou maioria, em um só gênero de produção”, demonstrando preocupação com a diversificação da pauta de gêneros produzidos pela agricultura nacional e a potencialização da exportação de novos produtos. A falta de crédito agrícola – problema que residia, no pensamento de Silva Figueiró, na atração exercida pelos títulos da dívida pública – deveria ser resolvida com “a fundação do crédito em as sólidas bases de um valor real – a terra beneficiada”, com “o desenvolvimento das vias de comunicação; que para abastecerem de gêneros aos mercados consumidores demandarão às fontes produtoras” e com o fortalecimento da produtividade agrícola. Tudo

isto geraria “O incremento da população; porque, a prosperidade da imigração, e proliferação liga-se muito intimamente à facilidade dos meios de subsistência e aos de comodidade de vida”³⁶.

Para além da exigência da dissolução do escravismo em todos os seus aspectos – consagrando em seu pensamento, portanto, a liberdade individual e a iniciativa particular como matrizes do desenvolvimento –, o *Jornal dos Economistas* cerrava fileiras em defesa da “via farmer” de transformação agrícola, em consonância com a experiência norte-americana da Reconstrução após a Guerra Civil dos anos 1861-1865³⁷, dentro dos marcos do modelo da “revolução burguesa” assim como elaborado por Moore Jr (1983). Como afirmamos anteriormente, José Penido em “O Elemento Servil”, propunha uma economia agrícola pós-escravista que fosse baseada na grande propriedade e na grande unidade produtiva, utilizando-se de trabalho assalariado ou de sistemas de parceria (solução buscada nos estados do Sul norte-americano), paralela à disseminação da pequena propriedade / pequena unidade produtiva, com direcionamento mercantil, capitaneada por imigrantes ou libertos.

Silva Figueiró, em artigo intitulado “Vantagens Econômicas do Trabalho Livre”³⁸, pretende demonstrar como o emprego, nas atividades agrícolas, de pro-

José Penido propunha uma economia agrícola pós-escravista que fosse baseada na grande propriedade e na grande unidade produtiva

³⁴ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

³⁵ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

³⁶ O Elemento Servil. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 5-7, 25 fev 1882.

³⁷ A meta principal da Sociedade Central de Imigração era também a criação de uma classe média rural, composta de pequenos proprietários rurais independentes. Não faziam oposição sistemática à grande propriedade, mas imaginavam que logo, ela daria provas de sua ineficiência diante do minifúndio policultor, sendo destruída naturalmente, portanto, pelo “progresso”. Ao criticar o sistema de grande lavoura, afirmavam ser a mesma “ineficiente e atrasada, sobretudo porque estavam baseadas na exploração brutal e absurda do trabalho escravo”, sendo os fazendeiros “incapazes ou mal dispostos de aplicar a tecnologia moderna para elevar a produtividade estarrecedoramente baixa das suas propriedades”. Diferentemente do *Jornal dos Economistas*, entretanto, assumiam o exemplo francês de supremacia do campesinato: “A França é hoje o mais rico país do mundo” dizia-se, “por causa da pequena propriedade”. HALL, Michael M. *Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração*. *Revista de História*, São Paulo, Vol. XXVII, n. 105, pp. 153-155, 1976.

³⁸ Vantagens Econômicas do Trabalho Livre. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 2-3, 25 mar 1882.

letários rurais, deveria ser a alternativa para substituir a utilização de escravos, sobretudo em função de sua superioridade econômica para o empregador, fosse esta unidade, ao que tudo indica, grande ou pequena. Recorrendo ao trabalho do Sr. Dr. Domingos Maria Gonçalves, "que nestas questões é uma das mais competentes autoridades" afirmava Figueiró lançar mão "daquela eloquência dos algarismos, que nunca falham, e dão sempre os mesmos resultados, quer na aritmética escravocrata, quer na abolicionista: 2 e 2 são sempre 4", pretendendo demonstrar em números as vantagens do assalariamento.

Como exemplo, propõe a hipótese de dois empresários detentores de terrenos com tamanhos e fertilidade iguais, e cada qual com um capital de 40:000\$000 em moeda. Ambos pretendem-se dedicar à lavoura por um período de dez anos, sendo que

Como exemplo, propõe a hipótese de dois empresários, cada qual com um capital de 40:000\$000 em moeda

o primeiro empregará seu dinheiro na compra de 20 escravos por 2:000\$000 cada um, enquanto o segundo empregará os mesmos 40:000\$000 no pagamento de salários a homens livres à razão de 2\$000 por dia útil de serviço, sem comida.

No caso do fazendeiro escravista, como comprou 20 cativos, seus gastos com a reprodução da mão-de-obra seriam os seguintes: a) Alimentação: na ordem de \$280 diários por escravo, multiplicados por 20, obtendo-se um total de 5\$600 diários; multiplicado este valor por 365 dias, teríamos um montante de 2:044\$000 anuais em gastos com alimentação na manutenção da força de trabalho escrava; b) Vestuário e Cuidados Médicos: na ordem de 30\$000 anuais por escravos, para um total de 600\$000 anuais; c) Reposição do plantel: dado que um escravo produziria, em mé-

dia, por vinte anos, e considerando que os cálculos estão baseados no período de 10 anos de atividades, foi lançado 5% sobre os 40:000\$000 para um total de 2:000\$000 em prejuízos com mortalidade. O valor final dos gastos do fazendeiro seria: 2:044\$000 + 600\$000 + 2:000\$000 = 4:644\$000. Admitindo uma produtividade anual por escravo da ordem de 800\$000, o produto bruto da produção de 20 cativos consistiria de 16:000\$000. O produto líquido anual do empreendimento seria, portanto, 16:000\$000 - 4:644\$000 = 11:356\$000, ou 11:356\$000 pelos dez anos.

No caso do fazendeiro capitalista, que empregou o trabalho de proletários rurais pagos em dinheiro e alimentação no local, temos os seguintes gastos: a) Salários: da ordem de 2\$000 por dia, multiplicados por 300 dias úteis, temos 600\$000 anuais; b) Alimentação: desconta-se dos salários dos trabalhadores a quantia de \$600 diários por cabeça, ou 219\$000 pelos 365 do ano, "como fazem os rancheiros nos trabalhos das estradas", mas na verdade, gasta-se somente \$400 por homem com alimento, ou 146\$000 anuais, "por serem muito arranchados"³⁹. Assim sendo, temos, anualmente, a seguinte despesa num empreendimento rural capitalista com estas cifras: 600\$000 (salários) - 219\$000 (desconto com alimentos) = 381\$000, pagos em dinheiro aos trabalhadores. A estes 381\$000 somam-se os 146\$000, gastos reais com alimentação, para um total de 527\$000 anuais. Com o capital inicial de 40:000\$000, e com os gastos de 527\$000 anuais seria possível o emprego de 75 proletários rurais (527\$000 x 75 = 39:525\$000); considerando sua produtividade igual à do escravo, temos que 800\$000 multiplicados por 75 homens resultaria na quantia de 60:000\$000, que, deduzidos dos 39:525\$000 relativos aos

³⁹ O termo "arranchar" tem como um de seus significados compartilhar a mesa e os mesmos alimentos numa refeição. Acreditamos que a economia de \$200 provenha justamente do fato de as rações não serem individuais, como indica Silva Figueiró.

gastos com capital variável, resultariam num lucro líquido de 20:475\$000. Comparados os lucros líquidos obtidos nos dois empreendimentos, vemos que a fazenda capitalista renderia 9:119\$000 mais que a escravista, ou 91:199\$000 pelos dez anos de funcionamento. Assim conclui:

Parece-nos que não será mais preciso uma palavra ao que fica dito. Ninguém duvidará, pois que o trabalho livre á muito mais vantajoso do que o trabalho escravo. Os cálculos assim o indicam e a prática o tem demonstrado⁴⁰.

O cálculo de 300 dias úteis de trabalho assalariado proposto por Silva Figueiró indica que suas idéias referem-se de fato a proletários rurais, que devotariam integralmente seu trabalho ao capital, e que do salário retirariam toda sua subsistência, visto que não restaria tempo algum para a realização de trabalho suplementar para manutenção do indivíduo e de sua família. Poderia objetar-se que, nestes 300 dias, alguma produção de subsistência poderia ser empreendida em conjunto com o trabalho realizado para o proprietário – como no caso de algumas fazendas de café paulistas, sob regime de colonato, onde os trabalhadores plantavam gêneros de primeira necessidade entre os cafezais, economizando tempo. No entanto, não é de se crer que os capitalista rural remunerasse os operários pelo tempo despendido em culturas para seu próprio consumo. Ainda que os salários fossem pagos por 300 dias de trabalho, o desconto com a alimentação fornecida seria relativo à 365 dias, deixando claro que era do salário do trabalhador que provinha sua subsistência. Figueiró pressupõe, portanto, o emprego de operários rurais integralmente na gran-

de unidade produtiva, remunerados em dinheiro e com alimentos (descontados do salário) pelo seu trabalho, e sem acesso aos meios de produção.

Também participou do debate o Dr. Labourdenne Saint Julia, que com o artigo “O Futuro da Lavoura”⁴¹ em 27 de maio de 1882, tratou não do operário rural proletarizado, mas da importância do pequeno lavrador voltado para o mercado interno, e da obsolescência das fazendas escravistas de café. Entorpecido pela fertilidade natural do solo e pelas condições de produtividade, teria o cafeicultor

permanecido em uma letargia tão profunda, que tem olvidado o seu próprio futuro; (...) tem desprezado a cultura de todos os demais produtos indispensáveis à sua vitalidade (...) de modo que hoje atravessa uma crise tremenda.

Diante da saturação do mercado de café, “a nação impassível, vê chegar do estrangeiro, em grandes quantidades muitos que poderia e deveria exportar”⁴².

Assim sendo, “Irrefletidamente, sem sondar as conseqüências do que iam fazer, os lavradores converteram todas as suas forças sobre o plantio de um só produto”, engendrando uma perda de recursos e prejuízos de outras espécies. Ao invés disso, a felicidade do lavrador deveria consistir em

produzir a maior quantidade de gêneros que lhe são indispensáveis, de modo que assim, chegada a colheita, ele possa guardar para si a quantidade que precisa de cada espécie, convertendo o excedente em numerário.

O artigo tratou não do operário rural proletarizado, mas da importância do pequeno lavrador

⁴⁰ Vantagens Econômicas do Trabalho Livre. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 2-3, 25 mar 1882.

⁴¹ O Futuro da Lavoura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 4-5, 27 mai 1887.

⁴² O Futuro da Lavoura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp. 4-5, 27 mai 1887.

Portanto, uma economia rural baseada num pequeno produtor voltado para o abastecimento de gêneros de primeira necessidade – com reduzida especialização de sua produção – evitaria a importação de toneladas de alimentos e matérias-primas que “desfalcam o país a quantia de 25 mil contos de réis, pouco mais ou menos”⁴³.

Vemos como o *Jornal dos Economistas*, ainda que promova crítica contra a escravidão e a ineficiência dos modos de exploração da terra até àquele momento vigente, ao propor a colonização por meio da pequena lavoura independente, em paralelo com a manutenção da grande propriedade, parece não pretender criar uma linha de oposição radical contra a classe proprietária rural. Da mesma forma atuou a Sociedade Central de Imigração:

Visto que os grandes fazendeiros dominavam o governo e se sentiam pouco dispostos a por em risco seu próprio poder através de reformas importantes na estrutura do Brasil rural, a Sociedade optou por apoiar projetos que intentavam fomentar a pequena agricultura e que

ao mesmo tempo beneficiassem, ou pelo menos não prejudicassem, os grandes proprietários (HALL, 1976, p. 156).

Idealismo e Liberdade

Figueiró e o *Jornal dos Economistas* denunciaram, com base em um ponto de vista particular, práticas econômicas que estão na raiz da acumulação capitalista nacional. Os intelectuais reunidos em torno do *Jornal* acreditaram poder, através das idéias, modificar atitudes que estão no cerne da

hegemonia dos setores dominantes, e que são aspectos específicos da consciência de classe dos setores proprietários em uma economia de capitalismo tardio, cuja modernização remete ao modelo teórico da “via prussiana” de transição, tal como teorizou Barrington Moore Jr⁴⁴. Como podemos compreender a postura “idealista” destes intelectuais?

Lúkacs, tratando da consciência de classe, afirma que a vocação de uma classe para a dominação depende da coesão de seus interesses e da expressão de sua consciência, manifesta na divulgação e monopolização de saberes. A consciência de classe seria a medida pela qual as classes sociais, numa dada sociedade, estariam cientes das ações que deveriam implementar para conquistar e organizar sua posição dominante. Seria, portanto, a capacidade de implementar medidas rumo à hegemonia sobre outras classes e camadas. Ou seja, quanto maior o conhecimento sobre as estratégias e alternativas para a dominação – o que depende da organização da classe –, maiores seriam as chances de implementá-la. O destino de uma classe estaria na clareza de perceber e resolver seus problemas históricos (LÚKACS, 1976, p. 19-23).

Os setores médios – e especialmente a classe média urbana – sentir-se-iam acima dos dois pólos da luta de classes em uma sociedade calcada na propriedade privada, ou seja, dos proprietários e dos trabalhadores expropriados ou semi-expropriados. Além disso, acreditariam ser árbitros dos interesses destas classes antagônicas. No entanto, pelo fato dos setores médios estarem numa posição externa ao processo produtivo (visto não deterem os meios de produção nem sofrerem a submissão direta

⁴³ O Futuro da Lavoura. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, pp 4-5, 27 mai 1887.

⁴⁴ Para o conceito de modernização conservadora ver MOORE, Op. cit. Para a “via prussiana” no Brasil ver BARREIROS, Daniel de Pinho. *A Modernização Conservadora no Brasil: Estado e classes sociais na construção da “via prussiana” de transição para o capitalismo (1880-1890)*. 411 p. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, 2002.

ao capital), seus projetos, em muitos casos, tomariam formas descoladas da realidade concreta, sendo portanto meramente ideológicos. Os projetos dos setores médios teriam seus principais elementos sempre tomados de empréstimo de outras classes sociais. Por fim, cumpririam papel histórico como auxiliares da burguesia ou do operariado enquanto suas idéias servissem aos interesses de uma ou de outra. Na medida em que suas propostas, fruto de sua posição periférica em relação ao conflito capital-trabalho, afastar-se-iam dos interesses das classes “fundamentais”, sua influência na práxis histórica tornar-se-ia diminuta (LÚKACS, 1976, p. 31-41).

A partir da contribuição de Lúkacs, podemos buscar subsídios que nos permitam compreender a inserção dos intelectuais urbanos ligados ao *Jornal dos Economistas* nos debates de seu tempo. Além disso, o conceito de “consciência de classe” nos permite ainda compreender quais teriam sido as suas reais condições de intervenção na transformação social.

O manifesto de abertura do periódico deixa claro que o *Jornal* pretendia reunir uma vanguarda esclarecida, detentora de conhecimento pouco comum, pronta a fornecer conhecimentos e idéias para o bem estar da Nação. Além disso, assegura que a “missão patriótica” do jornal estaria justamente em esclarecer as demais classes acerca dos problemas econômicos vigentes. À esta tendência, que encontra respaldo nas considerações de Lukács sobre os setores médios, somar-se-iam elementos próprios da sociedade imperial. Segundo Sérgio Adorno, os bacharéis formados nas escolas de Direito imperiais apresentavam-se como bastiões da civilização e da iluminação dos povos, capacidade que atribuíam ao domínio da língua escrita e ao conhecimento da história e cultura ocidental-cristã. Dominadores de saberes proibitivos para a maioria, sua missão seria pôr fim às trevas da ignorância por

meio da propaganda dos avanços científicos e culturais dos povos “evoluídos”. Por fim, seria o bacharel “um persecutor inefável da ars civilizatória” (ADORNO, 1988, p. 159).

Segundo Lukács, os setores médios tenderiam a tomar de empréstimo os projetos e a visão de mundo de outras classes. Ainda que se reconheça a dificuldade de definir historicamente o que são os “setores médios” numa sociedade escravista como a brasileira, e portanto ser apressada uma identificação dos profissionais liberais da Corte a uma “classe média” urbana, o comportamento demonstrado pelos intelectuais do *Jornal dos Economistas* pode ser lido satisfatoriamente por meio da interpretação de Lukács. Entretanto, o processo de apropriação de idéias descrito guarda aspectos específicos às condições materiais da sociedade brasileira do oitocentos, nitidamente associado ao seu caráter de sociedade periférica. Ao adotarem os princípios de Bastiat, empresário rural e mercador, intelectual burguês em sintonia com as ex-

O manifesto deixa claro que o *Jornal* pretendia reunir uma vanguarda esclarecida, detentora de conhecimento

pectativas da classe dominante francesa da primeira metade do século XIX, os bacharéis do *Jornal dos Economistas* promoveram um triplo movimento: além de desenvolverem intelectualmente o projeto de outra classe, tomaram-no de um grupo social que não fez parte, internamente, do processo de modernização conservadora no Brasil, e defenderam como contemporâneo um modelo que mesmo os seus principais defensores de outrora – as burguesias européias – começavam, naquela conjuntura dos anos 1880, a rejeitar.

Assim, não tomaram de empréstimo os projetos da aristocracia rural ou do capital comercial nacional, e sim importaram em sua totalidade o programa defendido pela dinâmica burguesia liberal do ocidente

européu da primeira metade do oitocentos, momento em que a base econômica, social e tecnológica desta região, bem como o mercado mundial, comportavam-se de maneira essencialmente distinta se comparados ao mundo da Segunda Revolução Industrial e das guerras imperialistas dos anos 1875-1914 (HOBSBAWN, 1988). A adoção, portanto, dos princípios da *Revisão Otimista* da Escola Clássica elaborada por Bastiat, próprias de economias capitalistas em fase de expansão e calma, modernizadas pela "via burguesa" de transição, expressava uma compreensão "idealista" das condições objetivas da modernização conservadora no

Brasil e desconhecimento da natureza das transformações econômicas internacionais.

Ao afirmarem a pertinência do assalariamento no campo, os ideólogos do *Jornal dos Economistas* desconsideraram as condições estruturais em que ocorria a transição para o capitalismo no Brasil no final do século XIX, e demonstraram incompreensão a respeito dos interesses das classes dominantes e de suas estratégias específicas de dominação social. Ao privilegiarem portanto o compromisso com o "ideal", garantiram seu espaço como pensadores mas não como intelectuais orgânicos⁴⁵ das classes proprietárias nacionais.

⁴⁵ "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, um ou mais camadas de intelectuais que lhe são homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no campo social e político". GRAMSCI, *Op. Cit.*, p.3.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder**: o bacharelismo liberal na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BARREIROS, Daniel. "Os Intelectuais contra o Estado: A defesa da livre iniciativa no Jornal dos Economistas em fins do oitocentos". **Tempo: revista do departamento de História da UFF**, Vol. 13, 2008, pp. 165-192.
- BARREIROS, Daniel. **A Modernização Conservadora no Brasil**: Estado e classes sociais na construção da "via prussiana" de transição para o capitalismo (1880-1890). 411 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2002.
- GEBARA, Ademir. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HALL, Michael M. Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: a Sociedade Central de Imigração. **Revista de História**, São Paulo, Vol. XXVII, n. 105, pp. 153-155, 1976.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Impérios (1875-1914)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOORE Jr., Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- VELHO, Otávio et al (org). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

